

SISTEMA FINANCEIRO

Medida alivia o consumo, mas pode fragilizar as finanças das famílias no futuro

Crédito consignado privado exige cautela

» VANILSON OLIVEIRA

A aprovação da Medida Provisória nº 1.292/2025, que amplia o acesso ao crédito consignado para trabalhadores com carteira assinada, microempreendedores e motoristas de aplicativo, gerou reações cautelosas entre economistas. Embora a medida seja considerada um alívio imediato para o orçamento de milhões de brasileiros, especialistas alertam para os riscos que ela pode representar no médio e longo prazo, tanto para as finanças das famílias quanto para a estabilidade da economia nacional.

Para o economista e professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Davi Lelis, a medida pode até oferecer um alívio imediato, mas tende a aprofundar distorções já recorrentes nas políticas econômicas do país. “Essa medida pode trazer um fôlego de curto prazo para algumas pessoas da população, para alguns trabalhadores, mas ela é muito delicada e perigosa no médio e no longo prazo”, afirma.

Segundo ele, o problema está em incentivar o consumo sem ampliar a renda ou a capacidade

produtiva. “Essa é uma medida de incentivo ao consumo, de incentivo à demanda. Não é um consumo saudável de longo prazo, é um consumo pontual que depois as pessoas vão ter que pagar”, explica.

O economista lembra, ainda, que 76 milhões de brasileiros estão inadimplentes e que 78% das famílias convivem com algum tipo de dívida — quadro que, segundo ele, pode se agravar com a nova modalidade de crédito. “Você também piora esse lado do endividamento das famílias”, alerta.

Outro ponto crítico levantado por Lelis é o uso do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) como garantia, o que compromete a segurança previdenciária dos trabalhadores no futuro. “Estão pegando um crédito de curto prazo às custas do que seria a aposentadoria de longo prazo (...) para pagar remédios, para pagar um home care, para pagar um tratamento de saúde, e lá na frente eles vão ter consumido esse crédito e não vão ter aposentadoria.”

O economista e professor da Universidade de Brasília (UnB), César Bergo, afirma que a medida deve ser analisada sob três

perspectivas: taxa de juros, direito de acesso ao crédito e educação financeira. Ele reconhece que o crédito consignado é mais barato que outras linhas de empréstimo, mas pondera que isso exige preparo e planejamento. “As pessoas têm que ter muita tranquilidade, ver que isso é uma oportunidade de colocar ali na prateleira, mas não sair tomando crédito desnecessariamente, porque não é a hora”, aconselha.

Bergo também alerta para o comportamento do sistema financeiro, que deve aumentar sua pressão sobre esse novo público. “Infelizmente, os bancos vão cair em cima dessas pessoas, como caem hoje em cima do aposentado e do pensionista”. Para o economista, o ideal seria vincular o acesso ao crédito à formação financeira. “O governo poderia colocar: você só vai ter crédito se apresentar o certificado de educação financeira”, sugere.

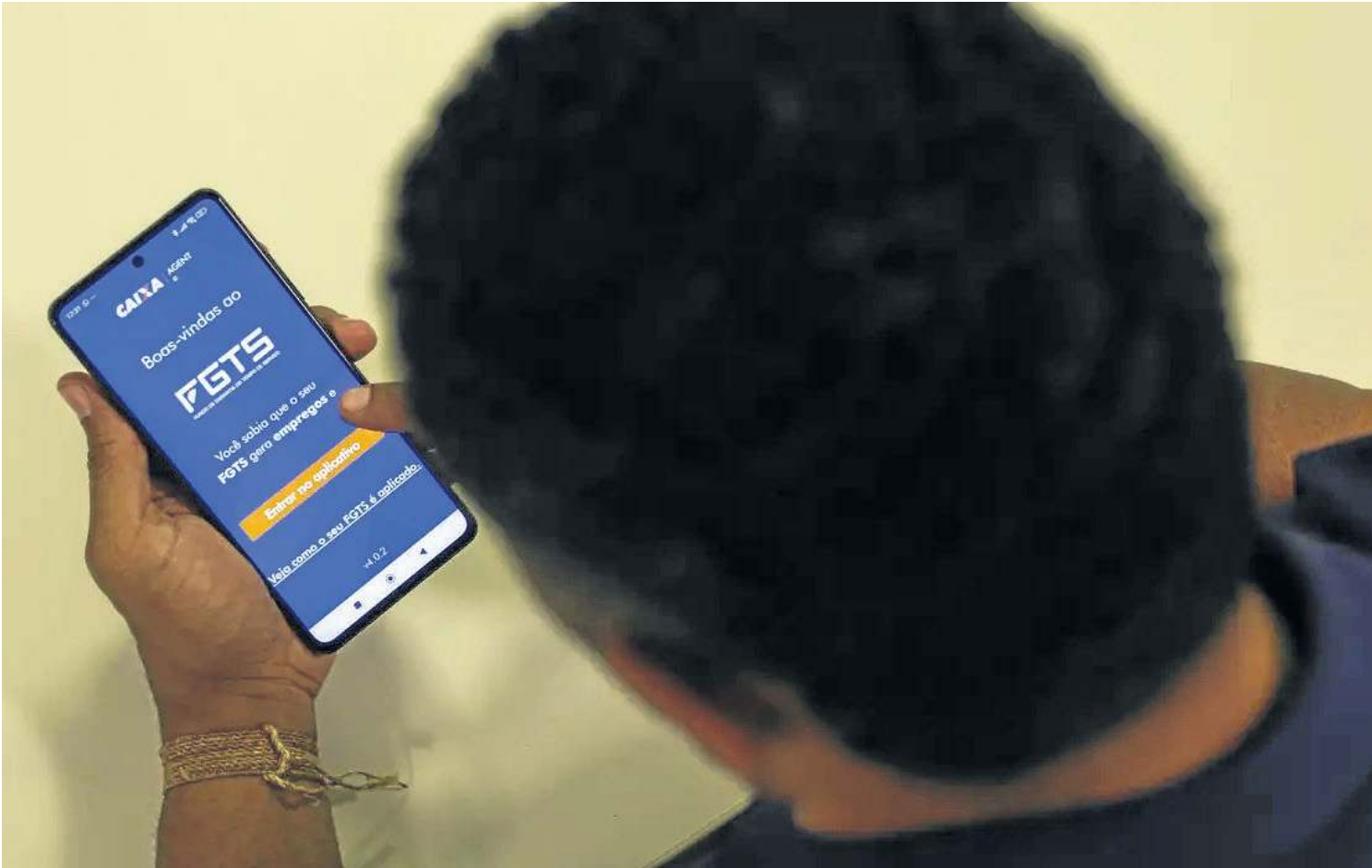
Já o economista Masimo Della Justina vê na medida uma ferramenta que, se bem utilizada, pode realizar projetos familiares e integrar trabalhadores ao sistema financeiro formal, mas sem

desprezar os riscos de exclusão futura. “O crédito consignado acaba sendo a realização de algum projeto econômico, algum sonho familiar ou individual que teria que aguardar anos ou talvez nunca ser realizado”, disse.

Ele aponta, no entanto, que imprevistos podem comprometer a capacidade de pagamento, como perda do emprego, separações ou emergências de saúde. E adverte sobre o fenômeno do “azar moral”, comum em análises econômicas: “Um percentual de pessoas que se endividam se encantam com o crédito fácil, sem julgar apropriadamente os compromissos lá da frente, e uma parcela acaba tendo seu CPF comprometido por questões de crédito.”

Mesmo assim, Della Justina reconhece que o impacto imediato pode ser positivo para a economia local. “Esses empréstimos vão ser aplicados em alguma forma de consumo, de melhoria de moradia ou de qualquer outro compromisso, e acabam aquecendo a economia local, o comércio local”, diz. O alerta final, porém, é direto: “Há que se julgar bastante os perigos dessa armadilha do crédito fácil.”

Joédson Alves/Agência Brasil



Uso do FGTS como garantia pode comprometer a segurança previdenciária dos trabalhadores no futuro, alertam especialistas

Superendividamento preocupa

A MP do consignado privado está em vigor desde de março e foi aprovada no Senado, na semana passada, para não perder sua validade, e seguiu para sanção presidencial. O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, considera a aprovação como uma “vitória para os trabalhadores”. “Cerca de 63% das operações estão concentradas em pessoas que ganham até quatro salários mínimos, e o Congresso reconheceu a importância desse programa para o trabalhador assalariado”, destaca.

Parlamentares argumentaram, no entanto, que a medida, embora vendida como política de inclusão financeira, pode representar uma ameaça à estabilidade econômica das famílias mais vulneráveis. Entre os principais pontos de discordância estão o uso do FGTS como garantia, os juros mensais praticados e o risco de endividamento em massa num cenário de inadimplência recorde no país.

O senador Rogério Marinho (PL-RN) chama atenção para os riscos macroeconômicos da medida, apontando que ela pode agravar a situação fiscal do país ao estimular artificialmente o consumo em um cenário de alto endividamento. “Estamos falando, senhores, de um recorde de 70,3 milhões de pessoas endividadadas no Brasil. Quase 45% dos adultos brasileiros estão negativados”, afirma.

Para Marinho, o uso do FGTS como garantia e a ampliação da oferta de crédito podem acelerar o superendividamento da população. “Esse risco do superendividamento se acelera em função de mais um estímulo que é dado à economia, na contramão de um programa sustentável que nos exige racionalidade”, critica.

No dia em que o projeto foi aprovado, o senador Orlóvito Guimarães (Podemos-PR) fez um apelo direto à bancada governista, destacando a contradição entre o discurso de defesa dos trabalhadores e a política de incentivo ao crédito com juros elevados. “Não existe injustiça mais cruel do que obrigar um trabalhador a pagar um dinheiro que é seu, que fica preso no fundo de garantia e que é remunerado por uma remuneração ridícula, para tomar empréstimo de 4% ao mês”, afirmou.

De acordo com ele, a medida ignora o desequilíbrio entre o rendimento do FGTS — que é cerca de 4% ao ano — e os juros cobrados pelas instituições financeiras, reforçando a desigualdade no acesso ao sistema financeiro.

Flávio Bolsonaro (PL-RJ) também se posicionou de forma enfática contra a medida provisória, classificando-a como uma armadilha para os trabalhadores de baixa renda. “É uma grande injustiça, até uma covardia, sugerir que vai ser

um bom negócio para esses trabalhadores que, via de regra, já estão superendividados”, declarou. Segundo ele, o governo abre uma “porta da desesperança” ao permitir que cidadãos já fragilizados economicamente contraíam novos empréstimos para pagar dívidas antigas. “As pessoas mais desesperadas acabam caindo nessa tentação e não conseguem pagar nunca mais essa dívida”, concluiu.

Teto de juros

A retirada do dispositivo que previa a transferência da competência sobre o teto de juros do crédito consignado para o Conselho Monetário Nacional (CMN) gerou críticas de parlamentares e acendeu um sinal de alerta entre economistas. A decisão monocrática do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), suprimiu o trecho do relatório final. A medida, no entanto, havia sido aprovada com apoio expressivo na comissão mista do Congresso.

Com a exclusão, a prerrogativa permanece sob responsabilidade do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), órgão vinculado ao Ministério da Previdência e, segundo críticos, sujeito a pressões político-sindicais. Apenas no atual mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o teto do consignado

já foi alterado 11 vezes — uma média de uma a cada 70 dias. Em contraste, entre 2006 e 2022, foram 13 mudanças em 16 anos, ou seja, uma a cada 470 dias.

A Frente Parlamentar pelo Livre Mercado (FPLM) considera a decisão um retrocesso e afirma que continuará mobilizada para restabelecer a proposta original. O deputado Gilson Marques (Novo-SC), membro da frente, classifica a manobra como um desrespeito institucional. “A exclusão de um dispositivo relevante, aprovado com amplo apoio na comissão mista, por decisão monocrática do presidente da Casa, é um claro desrespeito ao trabalho técnico realizado e, sobretudo, à Câmara dos Deputados”, afirma.

Na avaliação do parlamentar, a manobra esvazia o papel da Câmara e fragiliza o princípio do bicameralismo. “Quando alterações de mérito são feitas por atalhos regimentais para evitar a revisão da outra Casa, estamos diante de um enfraquecimento institucional que compromete a legitimidade do Congresso como um todo. Não se trata apenas de forma, mas de conteúdo: impedir que a Câmara se manifeste sobre um ponto sensível como a definição do teto de juros do consignado é negar a essência do bicameralismo e da boa legislação”, complementa.

Brasil S/A

por Antonio Machado



machado@cidadebiz.com.br

Chega de improviso

A história de dois colossos emergentes, candidatos a potências superlativas nesta década. O mais tímido está voando, a Índia. O outro, apesar de bocudo, ainda é só uma promessa. Você sabe quem.

Tem a maior carga tributária entre todos os emergentes, mas não muda o que sabe não funcionar. Nesta quinta, 10h30, dia útil, um punhado de pessoas invadiu o saguão do Itaiú BBA, na icônica Faria Lima, com cartazes e palavras de ordem bradando “chega de mamata”, “o povo não vai pagar a conta”. E como fazer isso? Num evento em Salvador, um dia antes, o presidente Lula empunhou um cartaz com a mensagem em letras garrafais: “Taxação dos super-ricos!”

Se este for o caminho da grandeza, depois de 22 anos de promessas vãs, 16 dos quais sob administração do PT, quando o gasto público jamais cedeu, a carga tributária não afinou, a taxa de juros sempre esteve obesa, quase 100 milhões de pessoas foram incorporadas aos cadastros de transferências de renda ou empregadas pelo Estado, e o desenvolvimento não foi alcançado, vale questionar o modelo.

Discuta-se também, como propõe o ministro da Fazenda do governo, o tamanho das desonerações de impostos, “gastos tributários” pela língua da Receita Federal, mais de dois terços dos quais criados ou ampliados nestes 22 anos e mantidos sem avaliação se a meta do favor tributário foi cumprida e o custo-benefício de mantê-los.

Mas que não percam o propósito: não se tributa apenas para pagar a despesa de manutenção do setor público nem para promover planos eleitoreiros, a razão alegada pela vasta maioria de parlamentares para demolir por 383 a 98 o decreto presidencial que salgava ainda mais as alíquotas do IOF com fim de pagar parte do déficit fiscal.

E o investimento para formar cidadãos, alavancar a produção e a infraestrutura? É o filho enfeitado dos planos de ajuste fiscal, seja o teto de gastos destelhado da gestão passada ou o chamado arcabouço de agora, que sem onerar impostos é um conjunto vazio.

O contraponto com a trajetória da Índia realça nosso descaminho. Um programa de ação econômica criadora de riqueza, mantido há mais de 20 anos como valor nacional sem a forte polarização que divide a Índia em outros campos, é o que importa considerar. Não temos um plano de progresso inclusivo, temos projetos políticos de poder.

A gênese do descompasso

A falta de direção, que vem desde os anos 1980, o ocaso do regime militar, é a gênese do nosso descompasso. À época, nossa indústria era maior que a da China, hoje manufatura do mundo, e da Coreia do Sul somados, segundo o economista Paulo Gala. Índia, então, só se destacava pela miséria bíblica e a planificação estatal no estilo soviético desde a independência da Inglaterra, em 1947.

O denominador comum à expansão da Ásia como motor do crescimento econômico global é forte senso de nacionalidade, integração social pela educação e emprego, investimento contínuo em manufaturas com viés exportador, expansão de infraestrutura, e impostos e despesas públicas muito baixos em comparação com o mundo desenvolvido tanto em dinheiro corrente quanto em proporção do PIB.

Mais atrasada, sobretudo em relação à China, rival geopolítico, a Índia abandonou a planificação depois de 2004, abriu-se ao capital estrangeiro, colocou o setor privado como parte da formulação dos planos adotados, e investiu em ações de longo prazo. O principal é que tais ações foram mantidas quando a oposição chegou ao poder em 2014 e manteve os pilares da modernização e implantou outros.

A identidade digital única, conhecida como Aadhaar, respondeu à integração nacional, facilitando o acesso a serviços públicos e privados e benefícios sociais. O imposto sobre o valor adicionado, IVA, totalmente digitalizado, baixou o custo de transações e restringiu drasticamente a informalidade. O que se tem desde então é que o PIB indiano cresce a um ritmo maior que o da China.

Somos simples até demais

Detalhes sobre o fenômeno indiano Lula poderá ouvir do primeiro-ministro Narendra Modi, que veio ao Brasil para a cúpula do BRICS+ e depois fará uma visita de Estado. Poderá ouvir também do chefe de governo da Indonésia, que trilha uma trajetória semelhante.

Ambos são democracias, a Índia tem o maior regime parlamentarista do mundo, com população de 1,4 bilhão de habitantes, superior à da China. Só que nenhum é tão complexo quanto ela. Além do hindi e do inglês, tem outras 20 línguas oficiais entre 121 principais. Não é fácil também a harmonia religiosa: 80% seguem o hinduísmo, mas das minoritárias o islamismo tem mais adeptos que toda a população do Brasil. A vizinhança é hostil. China, Paquistão e Índia, com os quais são comuns conflitos de fronteira, detêm armas nucleares. Os desastres naturais são recorrentes, de calor intenso a terremotos.

Apesar de tantas adversidades, perto delas o Brasil é simples até demais. A língua é única, não há conflito religioso e étnico, nem terremotos ou furacões, a vizinhança é pacífica. Mas temos uma elite, especialmente a política, sem visão nem ambição.

O poder da ideia certa

E vamos ao pitch da tese: enquanto nosso PIB em dólares nominais é de US\$ 2,2 trilhões, praticamente estagnado há duas décadas, o da Índia entrou em 2025 com US\$ 4,19 trilhões, 4º maior do mundo, e tende a US\$ 10 trilhões até 2032, segundo o Goldman Sachs — US\$ 1 tri a cada um ano e meio. Quem está certo? Ou errado?

A economia da Índia equivale hoje a 3,6% do PIB global, estimado em US\$ 115,49 tri pelo FMI. Era essa a nossa participação em 1980, hoje reduzida para insuficientes 1,95%. A taxa de pobreza extrema caiu de 27% em 2011-12 para 5,3% em 2022-23, com carga tributária de 18% do PIB, contra 33% da nossa, que o governo quer aumentar.

Só de serviços tecnológicos, a grande força motriz da expansão da Índia (graças ao Aadhaar), o país exportou US\$ 387 bilhões no ano passado, com taxa de crescimento anual composta de 11% de 2005 a 2024. Até 2030, diz o Goldman Sachs, tais exportações vão atingir 11% do PIB ou US\$ 800 bilhões. E nós? Se o santo for forte, vamos exportar este ano, no total, US\$ 346 bilhões, uma merreca.

É isso que se espera que algum candidato, o incumbente e os que o desafiam, traga à discussão na campanha de 2026. Não é IOF nem a tal da “justiça tributária”, necessária, mas hoje subterfúgio para justificar aumento de impostos e nenhuma reforma do setor público ineficiente e capturado por interesses. Em vez de mais, o que urge fazer é reduzir a carga, cortar desperdícios, automatizar os serviços públicos e promover a entrada da economia no novo mundo.

Como disse o antecessor de Modi, Manmohan Singh, morto no fim de 2024, citando Victor Hugo no que foi o seu discurso inaugural da nova Índia: “Nenhum poder na Terra pode parar uma ideia quando a hora chega”. Nossa hora já passou. Quem se habilita a ter a ideia?